

Falta consenso para desindexar

O governo ainda estuda a medida e ninguém está seguro dos resultados de um expurgo em todos os índices de preços, afirmou ontem técnico do Ministério da Fazenda. Outro representante do governo no Conselho Monetário Nacional (CMN), dos mais ativos, advertiu que índice expurgado não é índice de preços, é outra coisa, enquanto fonte da área financeira, após analisar as implicações no mercado, observou que o governo ainda dispõe de tempo para desistir do expurgo geral e evitar mais descrédito na economia brasileira.

Já ganha reconhecimento unânime, nos diversos escalões e setores do Ministério da Fazenda, a tese de que a falta de credibilidade do governo constitui, diante da abertura política, o grande obstáculo para a adoção das necessárias medidas corretivas na área econômica. Por isso, um técnico ministerial argumentou que a sociedade não aceita o expurgo no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), mesmo com a declaração de fé de que será um único, este mês.

Na definição do membro do CMN, a opinião pública rejeita qualquer nova medida ou "embrulho" e só fica satisfeita com a expectativa de que, daqui a 20 meses, muda o governo. Lembrou que a sociedade não vive apenas das coisas econômicas tecnicamente adequadas, vive da convivência política, e o grande dilema do governo é distinguir o teórico do político e viável, em termos práticos.

Se politicamente fosse possível, a desindexação ou o expurgo deveria atingir apenas os salários, na opinião das diversas fontes da Fazenda. Até desfilam argumentos técnicos a favor da medida, mas reconhecem que o governo não tem credibilidade para barganhar. Como diz o membro do CMN, do ponto de vista estritamente técnico, o expurgo do INPC tem muito mais efeito na queda da inflação, no entanto, politicamente, é até inaceitável que o governo tente convencer a sociedade sobre o que tecnicamente é mais aconselhado.

Para agravar o descrédito do governo, há o estado de espírito profundamente negativo da população, lembram as fontes da Fazenda. Caso a situação fosse inversa, o governo faria prevalecer politicamente as medidas econômicas tecnicamente adequadas. Então, segundo essas fontes, a sociedade seria convencida de que pior que

tudo, até mesmo o expurgo ou a marreta nos índices, é a inflação no nível que está.

Lembram que o componente mais importante na correção da economia brasileira, no período de 1964 a 1967, foi a política salarial sugerida por Mário Henrique Simonsen, quando se procurava restaurar o salário real dos últimos 24 meses. Argumentam que houve queda efetiva e forte do salário real médio, mas a inflação caiu de mais de 100% para a casa dos 20% ao ano.

Nos ativos financeiros, a correção monetária pega a inflação passada e apenas a atualiza, ao contrário dos reajustes salariais, que têm desdobramento no futuro, explica o membro do CMN. Então, o expurgo tecnicamente deveria ficar restrito ao INPC. Segundo ele, seria uma política de emergência e não permanente.

Embora o governo possa insistir no pedido de apoio da sociedade, sob o argumento de que a perda no primeiro momento será compensada com a queda da inflação, o integrante do CMN reconheceu que, mais uma vez, a dieta será imposta à força, já que, política e socialmente, os trabalhadores não vêem justiça no expurgo do INPC, mesmo temporariamente.

Pelos impactos do expurgo da correção monetária no mercado financeiro, principalmente em cima das cadernetas de poupança, os técnicos do Ministério da Fazenda ainda prevêem estudos mais profundos em torno do expurgo geral dos índices de preços, inclusive pela projeção de efeitos bastante limitados. Porém, o membro do CMN lembra que o expurgo parcial, com o favorecimento ao capital e o prejuízo ao trabalho, está fora de qualquer cogitação.

Também existe o consenso de que o atual pregador da desindexação da economia, Simonsen, herdou a inflação controlada e não acabou com a principal causa de realimentação inflacionária. Os técnicos da Fazenda admitem que, no governo Geisel, Simonsen não tinha a liberdade atual de Delfim junto ao presidente da República. Lembram que, hoje, o ministro do Planejamento tem diálogo aberto com o presidente, porém, tem como obstáculo o chefe do Gabinete Civil, Leítão de Abreu, e todo pacote econômico tecnicamente adequado sofre o esvaziamento das pressões políticas.



Hoje, Delfim debaterá o assunto com Figueiredo